

Relação entre acesso por cotas e rendimento acadêmico de estudantes de Medicina

Relationship between quota-based admission and academic performance of Medical students

Maykon Leal Brandão¹ 

maykon.brandao@ics.ufpa.br

Denise Maria Sampaio Guimarães¹ 

denise.guimaraes@ics.ufpa.br

Julietta Cristina de Andrade Jatahy¹ 

jatahy@ufpa.br

Nara Alves de Almeida Lins¹ 

naaalins@gmail.com

Cezar Augusto Muniz Caldas¹ 

cezar_caldas@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: A política de cotas visa ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior. Contudo, ainda há controvérsias quanto ao impacto dessa política no desempenho acadêmico de estudantes de Medicina.

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho acadêmico, medido pelo coeficiente de rendimento geral (CRG), de estudantes de Medicina ingressantes na Universidade Federal do Pará (Ufpa) entre 2010 e 2018, comparando cotistas e não cotistas.

Método: Trata-se de um estudo observacional, transversal e quantitativo, com análise de dados de 1.340 estudantes do curso de Medicina do campus de Belém da Ufpa. O CRG foi comparado entre os grupos por meio do teste *t* de Student para amostras independentes e análise por quartis. Analisaram-se variáveis categóricas com o teste do qui-quadrado (χ^2), com nível de significância de $p < 0,05$.

Resultado: A média geral do CRG foi de $7,55 \pm 1,18$. Os cotistas apresentaram média inferior à dos não cotistas ($7,35 \pm 1,22$ versus $7,78 \pm 1,09$; $p < 0,001$). A diferença foi mais acentuada no primeiro quartil (6,4%), diminuindo nos quartis superiores.

Conclusão: O desempenho inferior dos estudantes cotistas, especialmente entre os de menor rendimento, revela desigualdades persistentes que impactam a trajetória acadêmica. Os achados reforçam a importância de políticas de permanência e apoio institucional que considerem as condições socioeconômicas dos discentes, contribuindo para a equidade no ensino médico.

Palavras-chave: Desempenho Acadêmico; Políticas Públicas; Ações Afirmativas; Estudantes de Medicina.

ABSTRACT

Introduction: The quota policy aims to expand access to higher education for historically underrepresented groups. However, its impact on the academic performance of medical students remains controversial.

Objective: To analyze the academic performance, measured by the General Academic Performance Coefficient (GPA), of medical students admitted to the Federal University of Pará (UFPA) between 2010 and 2018, comparing quota and non-quota students.

Method: This was an observational, cross-sectional, and quantitative study analyzing data from 1,340 medical students at UFPA's Belém campus. GPA scores were compared between groups using the independent samples Student's *t*-test and quartile analysis. Categorical variables were analyzed using the chi-square test (χ^2), with a significance level of $p < 0.05$.

Results: The overall mean GPA was 7.55 ± 1.18 . Quota students had a lower mean GPA than non-quota students (7.35 ± 1.22 vs. 7.78 ± 1.09 ; $p < 0.001$). The performance gap was more pronounced in the first quartile (6.4%) and decreased in higher quartiles.

Conclusion: The lower academic performance of quota students—particularly those in the lower quartiles—highlights persistent inequalities that influence academic trajectories. These findings emphasize the importance of institutional support and retention policies that address the socioeconomic conditions of students, thereby promoting equity in medical education.

Keywords: Academic performance; Public policies; Affirmative actions; Medical students.

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Editora-chefe: Rosiane Viana Zuza Diniz.
Editor associado: Aristides Palhares Neto.

Recebido em 17/04/25; Aceito em 07/07/25; Corrigido em 17/11/2025.

Avaliado pelo processo de double blind review.

Este documento possui uma errata: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v49.4-2025-0122errata>

INTRODUÇÃO

Ações afirmativas (AA) compreendem políticas que visam à garantia de direitos historicamente negados a grupos minoritários, como negros, mulheres e pessoas com deficiência (PcD), e parte-se do entendimento de que apenas a igualdade de direitos não garante a igualdade de oportunidades. Portanto, haveria a necessidade de oferecer condições desiguais de acesso àqueles que são tratados historicamente e, portanto, estruturalmente de forma desigual, com o propósito de corrigir décadas de falta de oportunidades¹.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira em 2003 ao reservar vagas para alunos de escolas públicas, seguida pela Universidade de Brasília (UnB) em 2004, que disponibilizou cotas raciais. A Universidade Federal do Pará (Ufpa) também se destacou como pioneira na adoção de AA, e, no processo seletivo de 2008, pessoas que cursaram todo o ensino médio na rede pública de ensino tinham direito a 50% das vagas². Em 2012, já havia 162 universidades públicas com programas semelhantes³. We looked for making a study about the academic performance and attendance at classes inside groups formed by students who entered through the Universal System, who left public schools and are self-declared black, brown or indigenous, enrolled at UNESP in 2014, 2015, 2016 and 2017. Beyond this, were realized these same analyses at graduation courses of high social demand and courses of low social demand. The data were collected from Graduation System of UNESP (SISGRAD).

Acompanhando essas iniciativas, o governo do Brasil instituiu a Lei nº 12.711 que, desde 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, já tendo sofrido várias atualizações. Essa lei, que ficou conhecida como a “Lei de Cotas”, garante a reserva de 50% das vagas por curso e turno para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas (cota escola). Dessa parcela, 50% devem ser ocupadas por estudantes com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio (cota renda), e esse valor foi atualizado para um salário mínimo em 2023. Além disso, dentro dos 50% total de vagas, a lei garantia reserva proporcional para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (PPI), conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cada unidade federativa. Em 2016 foram incluídas as PcD e, em 2023, os quilombolas. Os outros 50% são para a ampla concorrência (AC)⁴.

Contudo, no Brasil, a eficácia das reservas de vagas no aproveitamento acadêmico gera controvérsia. Silva et al.⁵, ao analisarem os ciclos do Exame Nacional de Desempenho

dos Estudantes (Enade) entre 2011 e 2016, evidenciaram que o grupo de discentes de Medicina, que compreende a maior parte dos cursos de saúde e ciências agrárias, era o que mais tinha se beneficiado das AA, correspondendo a 19,25% dos concluintes nesse período. Nesse estudo, foi evidenciado que os cotistas apresentaram, em média, rendimento de 11,8% inferior em comparação com estudantes de acesso por AC⁵. Porém, Queiroz et al.⁶ observaram que não houve diferenças significativas no rendimento acadêmico entre estudantes admitidos pela cota escola e ingressantes por AC em cursos de uma universidade federal, destacando a variabilidade dos resultados em diferentes pesquisas.

Estudos mostram que a expansão e a diversidade dos discentes no ensino superior trazem desafios importantes para as instituições de ensino superior (IES), que precisam garantir o acolhimento e as condições viáveis para o rendimento acadêmico e a permanência dos alunos. Esse contexto reforça a importância de oferecer apoio pedagógico contínuo, principalmente aos estudantes que estão no início da graduação, um período crítico de adaptação às novas demandas de autonomia e relações interpessoais⁷.

Em agosto de 2004, o portal do Conselho Federal de Medicina publicou uma matéria com o título “Medicina diz não às cotas”, na qual uma tradicional IES brasileira se posicionou publicamente contra a implementação de cotas para reserva de vagas, temendo que isso afetasse a qualidade do ensino. Destacaram-se, na ocasião, os riscos de que a precariedade do ensino básico poderia refletir no ensino superior e que a adoção de cotas aumentaria a evasão e dificultaria a adaptação dos alunos ao curso de Medicina, uma vez que a formação exige dedicação em tempo integral e gera custos significativos⁸.

Vinte anos se passaram desde a matéria citada anteriormente, e a escassez de estudos sobre o tema não permite um debate aprofundado sobre a questão. Dessa forma, buscar compreender se o rendimento educacional dos discentes com ingresso por meio de reserva de vagas é de fato um preditor de baixo rendimento no cenário da educação médica atual torna-se fundamental para balizar políticas educacionais não apenas de acesso, mas também de permanência desses estudantes no curso.

Sendo assim, com o propósito de contribuir para essa importante discussão, o presente estudo foi elaborado para analisar o desempenho acadêmico dos estudantes de Medicina. Para tanto, utilizou-se o coeficiente de rendimento geral (CRG) dos estudantes como parâmetro entre ingressantes por meio de sistema de cotas e aqueles por AC.

MÉTODO

Realizou-se um estudo observacional e transversal

que analisou dados fornecidos pelo Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (Ciac) da Ufpa, com foco na forma de acesso (cotistas *versus* não cotistas) e no CRG de estudantes do curso de Medicina da Ufpa, no *campus* de Belém, ingressantes entre 2010 e 2018.

O CRG mede o aproveitamento do percurso acadêmico e é calculado com base na média ponderada das notas obtidas nas atividades curriculares. A Ufpa utiliza a seguinte fórmula para cálculo do CRG:

$$CRG = [\sum (Ni \times Ci)] / \sum Ci$$

em que Ni é a nota final obtida na disciplina i ; Ci , a carga horária da disciplina i ; e $\sum$, a soma de todos os termos⁹.

Analisaram-se os dados de 1.340 estudantes, e consideraram-se cotistas os ingressantes por meio do sistema de cotas institucional que reserva vagas para cota PcD, PPI, cota renda, cota escola, além daqueles que ingressaram por meio de processo seletivo especial (PSE): quilombola, indígena e mobilidade acadêmica afirmativa. Os demais foram classificados como não cotistas ou de acesso por AC.

Incluíram-se os estudantes do curso de Medicina (Belém) ingressantes entre 2010 e 2018 que utilizaram as modalidades de acesso mencionadas. Optou-se por esse período porque as AA institucionais haviam sido implantadas progressivamente desde 20082, contudo estão plenamente estabelecidas desde 2010. Da mesma forma, o cálculo atual do CRG foi institucionalizado em 2008, estando, portanto, vigente no período analisado. Ressalta-se que, por definição, o CRG refere-se ao rendimento de todo o período acadêmico, diferindo do coeficiente de rendimento do período letivo (CRPL), que se refere ao rendimento em cada período letivo. Sendo assim, com a utilização do CRG dos ingressantes de 2010 a 2018, é possível analisar os dados dos estudantes que integralizaram todos os seus componentes curriculares entre 2016 e 20204. Já os critérios de exclusão abrangeram estudantes que ingressaram por outras modalidades de acesso.

Análise e representação dos dados

Organizaram-se os dados em planilhas do programa Microsoft Office 365 Excel®. As variáveis quantitativas foram apresentadas por métodos estatísticos descritivos, inferenciais, medidas de tendência central e de variação. Apresentaram-se as variáveis qualitativas por meio de distribuições de frequências absolutas e relativas. Utilizaram-se o teste do qui-quadrado e o teste t de Student, considerando relevante o nível de significância $p < 0,05$. Para o processamento estatístico, adotou-se o *software* IBM SPSS Statistics 29.0.2.0®.

Aspectos éticos

A pesquisa atendeu aos aspectos ético-legais preconizados para pesquisas com seres humanos, segundo a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e os preceitos do Código de Nuremberg e da Declaração de Helsinki. O projeto foi executado mediante aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Ufpa: Parecer nº 6.979.761, de 2 de agosto de 2024 (CAAE nº 80731824.6.0000.0018).

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as características gerais da amostra analisada, indicando predomínio do sexo masculino (55,7%) e acesso por meio do sistema de cotas da IES (53,6%).

A média de valores de CRG dos estudantes analisados foi de $7,55 \pm 1,18$. Sobre a diferença de valores de CRG entre os estudantes cotistas e não cotistas, o Gráfico 1 indica que a média do CRG dos estudantes cotistas foi estatisticamente menor em relação aos não cotistas ($p < 0,001$). O desvio padrão entre o grupo cotista revela uma maior variação de desempenho nesse grupo que no não cotista.

Quando se fez a comparação entre quartis, notou-se variação entre as médias dos grupos mais relevante no primeiro quartil ($p25$), com uma diferença de CRG de 6,4% entre os

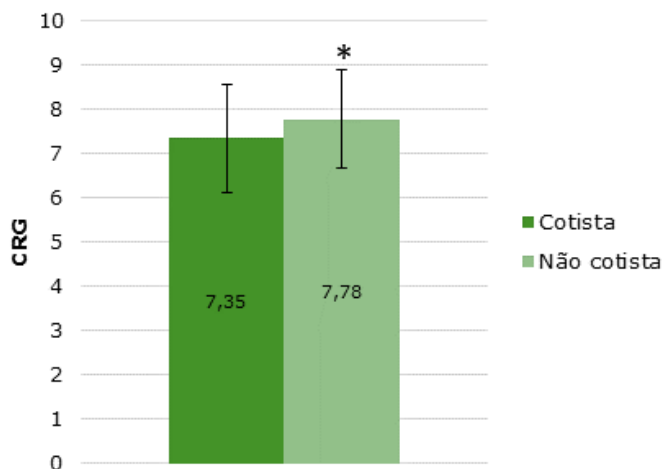
Tabela 1. Características dos estudantes de Medicina (Belém) analisados (sexo, ano de ingresso, tipo de acesso), ingressantes entre 2010 e 2018, na Universidade Federal do Pará.

Variável	n (1.340)	%	p
Sexo			< 0,001
Masculino	746	55,7*	
Feminino	594	44,3	
Ano de ingresso			0,995
2010	145	10,8	
2011	149	11,1	
2012	146	10,9	
2013	145	10,8	
2014	153	11,4	
2015	152	11,3	
2016	147	11,0	
2017	144	10,7	
2018	159	11,9	
Cotista			0,009
Sim	718	53,6*	
Não	622	46,4	

* Qui-quadrado.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 1. Comparação entre o CRG dos estudantes cotistas e o dos não cotistas do curso de Medicina (Belém), ingressantes entre 2010 e 2018, na Universidade Federal do Pará.



* $p < 0,001$; teste t de amostras independentes.
Fonte: Elaborado pelos autores.

grupos, reduzindo para 4,9% no percentil 50 e para 3,7% no percentil 75 (Gráfico 2).

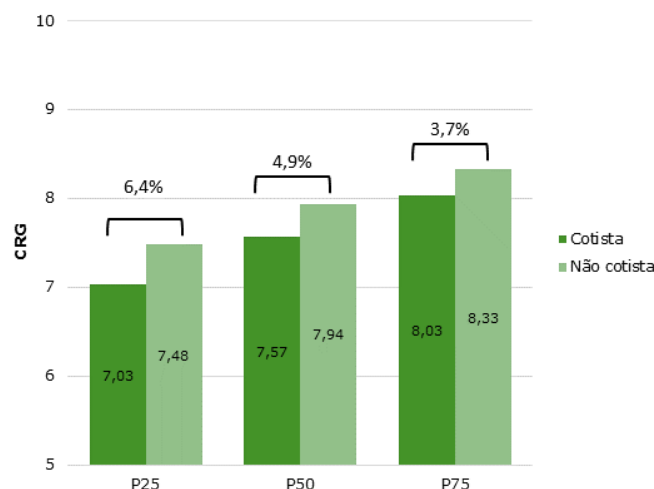
DISCUSSÃO

Os achados deste estudo apontam que estudantes cotistas da Ufpa, no curso de Medicina, apresentaram desempenho acadêmico inferior ao dos não cotistas, mensurado pelo CRG. Essa diferença, mais acentuada nos alunos de menor desempenho (primeiro quartil), pode sugerir a influência de múltiplos fatores que ultrapassam apenas a forma de ingresso na universidade.

Assim como estudo realizado na Universidade Federal da Bahia (Ufba) em 2016, os resultados confirmam que o desempenho geral dos não cotistas é superior ao dos cotistas em todos os níveis, considerando a média global ou os quartis. Apesar de o estudo na Bahia ter sido realizado com concluintes de diversos cursos, os dados encontrados na Medicina da Ufpa seguem a mesma tendência. Quando se separam os dados e se comparam os alunos de pior desempenho (25%), a diferença de CRG é de 6,4%, e esse índice cai quando separamos os grupos pela metade, com diferença de 4,9%. Essa diferença cai para 3,7% quando se analisa a porção superior da amostra (quartil 75), sugerindo que o desempenho dos melhores alunos cotistas se aproxima do desempenho dos melhores alunos não cotistas¹⁰.

Essa variabilidade pode ser reflexo das trajetórias educacionais marcadas pela desigualdade de acesso a recursos pedagógicos. Essa hipótese pode ser corroborada por resultados encontrados em estudo realizado com estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que não encontrou

Gráfico 2. Comparação entre os percentis dos CRG dos estudantes cotistas e não cotistas do curso de Medicina (Belém), ingressantes entre 2010 e 2018, na Universidade Federal do Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

diferença entre cotistas e não cotistas¹¹. Os resultados desse estudo foram atribuídos ao fato de o curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu ser o mais concorrido da Unesp e também um dos mais concorridos de Medicina do Brasil, assumindo uma relação de 261,4 candidato/vaga para o vestibular de 2022. Além disso, o sistema de cotas adotado utilizava no período do estudo apenas a cota escola e a cota PPI, e não a cota renda.

Essa trajetória não tem apenas a ver com o mérito acadêmico, mas pode também ser fruto de desigualdades estruturais que impactam essa trajetória formativa, antes e durante a faculdade. Um estudo realizado no curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), que tem um sistema de ingressos por cota mais semelhante ao da Ufpa, também encontrou diferença no desempenho dos grupos cotista e não cotista, e sugere que essa diferença tenha relação com a renda familiar do estudante¹².

Em 2011, Ribeiro¹³ já ressaltava que pais com melhores condições financeiras oferecem maiores oportunidades educacionais aos filhos, o que perpetua um ciclo de desigualdade social entre gerações, estendendo a elitização no acesso ao ensino superior público, com ênfase nos cursos mais concorridos. No entanto, essa menor dispersão no desempenho não necessariamente implica superioridade acadêmica, mas sim uma estabilidade que pode ser influenciada por diferentes fatores, como apoio familiar e melhor estrutura educacional pré-universitária.

Portanto, o mais relevante não é apenas a diferença de resultados, mas também as condições subjacentes que

podem influenciar esses desempenhos durante o curso. O menor rendimento acadêmico pode estar associado a uma maior probabilidade de evasão ou sofrimento psíquico entre estudantes cotistas, fenômenos que ainda carecem de monitoramento sistemático nas IES. Estratégias como apoio psicopedagógico e acesso ampliado a bolsas de permanência são fundamentais para mitigar esses riscos.

Nesse aspecto, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2013 o Programa de Bolsa Permanência, que foi atualizado em 2023, tendo como objetivo minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação, especialmente dos estudantes de graduação indígenas, quilombolas e dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nas instituições federais de ensino superior (Ifes)¹⁴.

A Ufpa oferece várias modalidades de bolsa, isenções e apoio psicológico e pedagógico. A assistência estudantil desempenha um papel crucial na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes cotistas. Chaves¹⁵ enfatiza que programas como o Bolsa Permanência não apenas auxiliam financeiramente, mas também oferecem suporte psicossocial, contribuindo para a integração e o bem-estar dos alunos. No entanto, é necessário avaliar continuamente a eficácia dessas políticas para garantir que realmente estejam atendendo às necessidades específicas dos estudantes.

Embora a presente pesquisa tenha possibilitado ampliar o olhar sobre as políticas de AA no curso de Medicina, por se tratar de um estudo com dados secundários a partir do banco de dados institucional, algumas lacunas não puderam ser abordadas, como a renda familiar dos alunos, o percurso acadêmico pré-universitário, os tratamentos utilizados, as adaptações pedagógicas etc.

De todo modo, espera-se que essas lacunas possam ser abordadas em outras pesquisas com outras abordagens metodológicas. Outrossim, é válido destacar outro possível desdobramento desta pesquisa, que se refere à análise comparativa entre os diferentes tipos de cotas, em busca de diferenças entre elas que, inclusive, poderiam contribuir para explicar por que o desempenho acadêmico dos melhores alunos cotistas se aproxima do desempenho dos melhores não cotistas. Talvez este grupo de estudantes tenha características próprias que mereçam destaque em futuros estudos deste ou de outros grupos de pesquisadores.

Por fim, é notório que a educação é um dos principais meios de ascensão social, e a formação acadêmica possibilita o acesso a cargos profissionais com melhores remunerações. Sendo assim, a implementação de políticas afirmativas deve ser acompanhada de estratégias que proporcionem suporte adicional, que visem reduzir a desigualdade de condições

para o sucesso na universidade. Logo, a remoção de barreiras para o sucesso da democratização educacional contribuirá para a desestruturação da desigualdade social¹⁷. Trata-se de uma questão de equidade. Assim, deve-se garantir que todos os estudantes, independentemente de seu perfil de ingresso, tenham oportunidades de desenvolvimento acadêmico de maneira igualitária.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que, embora a política de cotas tenha ampliado o acesso ao ensino superior, ainda persistem desigualdades no desempenho acadêmico, especialmente entre os estudantes com maiores vulnerabilidades socioeconômicas. A menor média do CRG observada entre os cotistas reforça a necessidade de estratégias institucionais que promovam não apenas o ingresso, mas principalmente a permanência e o sucesso desses estudantes.

Mais do que confirmar disparidades, este estudo contribui para o debate sobre as condições que influenciam o rendimento acadêmico, destacando a importância de políticas de assistência estudantil articuladas a práticas pedagógicas inclusivas. Garantir o pleno aproveitamento da experiência universitária por todos os estudantes, independentemente de sua forma de ingresso, é essencial para que o ensino superior cumpra seu papel transformador e promova, de fato, a equidade no acesso ao conhecimento e nas oportunidades profissionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da Ufpa pelo suporte contínuo e pelas valiosas oportunidades oferecidas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa de Iniciação Voluntária à Pesquisa (Pivic).

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Maykon Leal Brandão e Denise Maria Sampaio Guimarães participaram da redação, revisão e edição do manuscrito. Julieta Cristina de Andrade Jatahy e Nara Alves de Almeida Lins participaram da metodologia, da validação dos dados e da redação, revisão e edição do manuscrito. Cezar Augusto Muniz Caldas concebeu o estudo e participou da metodologia, da validação dos dados e da redação, revisão e edição do manuscrito.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Bolsa de Iniciação Científica – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Ufpa.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Research data is available in the body of the document.

REFERÊNCIAS

1. Gaspar L, Barbosa V. Ações afirmativas e política de cotas no Brasil: uma bibliografia, 1999-2012. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Central Blanche Knopf / Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte; 2013 [acesso em 5 fev 2025]. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/acoes_afirmativas_e_politicas_de_cotas_brasil.pdf.
2. Universidade Federal do Pará. Políticas de ações afirmativas. Belém: Ufpa; 2025 [acesso em 5 fev 2025]. Disponível em: <https://ufpa.br/politicas-de-acoes-afirmativas/>.
3. Galhardo E, Vasconcelos MS, Frei F, Rodrigues EB. Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da UNESP. Avaliação (Campinas). 2020;25(3):701-23.
4. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília; 2012 [acesso em 5 fev 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
5. Silva GD, Teixeira EC, Vieira CL. Efeito das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico. 2021;51(1):137-60.
6. Queiroz ZCLS, Miranda GJ, Tavares M, Freitas SCD. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. Rev Bras Estud Pedagog. 2015;96(243):299-320.
7. Farias RV, Gouveia VV, Almeida LS. Indicadores do sucesso acadêmico na educação superior: análise segundo natureza dos cursos. Psicol Esc Educ. 2024;28:e252060.
8. Medicina diz não às cotas. CFM; 18 ago 2004 [acesso em 5 fev 2025]. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/medicina-diz-nao-as-cotas/>.
9. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. Instrução Normativa – PROEG – nº 02/2008: cálculos de rendimento acadêmico. Ufpa; 2008 [acesso em 17 jan 2025]. Disponível em: <http://proeg.ufpa.br/images/Artigos/Normas/2008-2-IN-Calculo-Coeficiente-Rendimento-Academico.pdf>.
10. Peixoto ALA, Ribeiro EMBA, Bastos AVB, Ramalho MCK. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. Avaliação (Campinas). 2016;21(2):569-92.
11. Valle AP, Hamamoto Filho PT, Marco GN, Ferras G, Dias RT, Boas PJFV. Desempenho acadêmico de alunos de Medicina beneficiados pelas ações afirmativas. Rev Bras Educ Med. 2024;48(2):e047.
12. Cabedo LS. Desempenho acadêmico de discentes de Medicina ingressados por sistemas de cotas em uma universidade no sudoeste do Maranhão [dissertação]. Imperatriz: Universidade Federal do Maranhão; 2022 [acesso em 10 fev 2025]. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/7695>.
13. Ribeiro CAC. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. Dados. 2011;54:41-87.
14. Brasil. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Imprensa Nacional; 2013 [acesso em 5 fev 2025]. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.